Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador Fernando Guimarães Reis

APRESENTAÇÃO

O **Guia de Estudos** do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, versão 2005, visa a orientar e auxiliar o candidato que pretende ingressar na carreira diplomática.

Constam deste **Guia**:

Portaria nº 467, de 7 de dezembro de 2004, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Edital de 10 de fevereiro de 2005, do Diretor do Instituto Rio Branco;

- Portaria nº 336, de 30 de maio de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores;

- Orientação para estudo, contendo programas das disciplinas, bibliografia para as provas e exemplos de respostas que mereceram aprovação no concurso anterior, mantidos os textos originais dos candidatos, com eventuais incorreções e/ou deficiências; e

- Cronograma do Concurso.

Brasília, em fevereiro de 2005.

PORTARIA Nº 467, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º e 5º do Regulamento do Instituto Rio Branco, aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998, e alterado pela Portaria nº 11, de abril de 2001, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as normas que se seguem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática.

Art. 2º. O Concurso de Admissão à Carreira Diplomática constará, na Primeira Fase, de Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões de Português, História do Brasil, História Mundial e Geografia.

Art. 3º. Na Segunda Fase, será realizada prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório.

Art. 4º. Na Terceira Fase, serão realizadas provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia, de Inglês, e de Francês ou Espanhol.

Parágrafo único. Será estabelecida nota mínima para o conjunto das provas da Terceira Fase.

Art. 5º. O Diretor do Instituto Rio Branco fará publicar o Edital do Concurso.

CELSO AMORIM

(DOU de 9 de dezembro de 2004)

EDITAL DE 15 DE FEVEREIRO DE 2005

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 21 de fevereiro de 2005 a 28 de março de 2005, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 38, parágrafo único, e 39, inciso II, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, que teve publicação consolidada pela Lei nº 9.888, de 08 de dezembro de 1999, e de acordo com a Portaria n.º 467 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 7 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2004.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB). O texto deste Edital estará também disponível nos endereços eletrônicos do IRBr (http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm) e do CESPE (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá três fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões de Português, História do Brasil, História Mundial e Geografia;
b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;
c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia, de Política Internacional, de Inglês e de Francês ou Espanhol. Haverá nota mínima para o conjunto das provas desta fase, nos termos do item 10.5 deste Edital;

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 32 (acrescidas de outras que poderão surgir até o término do prazo de validade do Concurso).

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1º) a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2º) a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria n.º 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R$ 4.615,53.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso;

3.2 Ser brasileiro nato, conforme art. 12, § 3.º, V, da Constituição Federal;

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos;

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais;

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao

candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do Art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos;

3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do art. 14, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados, bem como a autorização de que trata o subitem 5.5 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do art. 37, VIII, da Constituição Federal, do art. 5.°, § 2.°, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e

b) encaminhar laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.

4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia **29 de março de 2005**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere a alínea "b" do subitem 4.2, no Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF.

4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico, por SEDEX, postado impreterivelmente até o dia **29 de março de 2005**, para o Núcleo de Avaliação de Potenciais do CESPE – Concurso IRBr Diplomata, Caixa Postal 04521, CEP 70919-970 – Brasília/DF.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.17 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4.4 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias deste laudo.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, se declararem portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, caso aprovados no Concurso, serão convocados para se submeterem à perícia médica por equipe multiprofissional, designada pelo Diretor do Instituto Rio Branco, que verificará sua qualificação como portador de deficiência, o grau da deficiência e a capacidade para o exercício do cargo.

4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.

4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8 ou a reprovação na perícia médica acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

4.10 As vagas definidas no subitem 4.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5 DAS INSCRIÇÕES NO CONCURSO

5.1 As inscrições deverão ser efetuadas via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, no período entre **10 horas do dia 21 de fevereiro de 2005** e **20 horas do dia 28 de março de 2005**, horário oficial de Brasília/DF.

5.1.1 O CESPE não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.2 TAXA DE INSCRIÇÃO: R$ 100,00.

5.2.1 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição das seguintes formas:

a) por meio de débito em conta-corrente, apenas para correntistas do Banco do Brasil;

b) por meio de documento de arrecadação, pagável em qualquer lotérica;

c) por meio de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária.

5.2.2 O documento de arrecadação e o boleto bancário estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005 e devem ser impressos para o pagamento da taxa de inscrição após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição *online*.

5.2.3 O pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário ou de documento de arrecadação deverá ser efetuado até o dia **29 de março de 2005**.

5.2.4 As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem anterior não serão acatadas.

5.3 O comprovante de inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.4 O candidato não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato de inscrição, sob as penas da lei.

5.5 O candidato que tiver cônjuge de nacionalidade estrangeira será inscrito condicionalmente no Concurso e sua eventual aprovação só será válida se obtiver a autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores ou do Presidente da República, conforme o caso, a que se referem, respectivamente, o art. 36, § 3º e o art. 37, § 3º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, que teve publicação consolidada pela Lei nº 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e os arts. 48 e 49 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto n.º 93.325, de 1.º outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Esta exigência aplica-se também ao(a) candidato(a) casado(a) com estrangeira(o), cuja separação judicial ainda não tenha transitado em julgado.

5.6 Informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005.

5.7 No momento da inscrição, o candidato deverá optar pela segunda língua estrangeira – Francês ou Espanhol – para efeito de realização da prova da Terceira Fase.

5.8 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer este Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a admissão no cargo.

5.9 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.9.1 O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados, localizados em qualquer agência do Banco do Brasil, da CAIXA e dos Correios, ou na Receita Federal, em tempo hábil, isto é, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

5.9.2 Terá a inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a inscrição.

5.10 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via postal ou via correio eletrônico.

5.11 O candidato deverá efetuar uma única inscrição no Concurso. Em caso de mais de uma inscrição, será considerada a mais recente.

5.12 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE e o IRBr do direito de excluir do Concurso aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.

5.12.1 O candidato deverá obrigatoriamente preencher de forma completa o campo referente ao nome e ao endereço, bem como deverá informar o CEP correspondente à sua residência.

5.13 O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que entregará os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo até dez dias úteis antes da posse.

5.14 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do Concurso por conveniência da Administração.

5.15 Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição.

5.16 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado nos locais de realização das provas.

5.17 O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários e, ainda, enviar até o dia **29 de março de 2005**, impreterivelmente, via SEDEX, para o Núcleo de Avaliação de Potenciais do CESPE – Concurso IRBr Diplomata, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), subsolo, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 04521, CEP 70919–970, laudo médico que justifique o atendimento especial solicitado. Após este período, a solicitação será indeferida. As solicitações de condição especial serão atendidas segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.17.1 O laudo médico referido no subitem 5.17 poderá, ainda, ser entregue, até o dia **29 de março de 2005**, das 8 horas às 19 horas, pessoalmente ou por terceiro, no Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE, localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), mezanino, ala norte – Asa Norte, Brasília/DF.

5.17.2 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para esta finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.

5.17.3 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso e não será devolvido; não serão fornecidas cópias de tal laudo.

5.17.4 A relação dos candidatos que tiverem o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, em data a ser informada no edital de locais e horários de realização das provas do Teste de Pré-Seleção.

6 DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

6.1 O Teste de Pré-Seleção, de caráter eliminatório, abrangerá as disciplinas de Português, de História do Brasil, de História Mundial e de Geografia.

6.2 **Data e horário**: o TPS será aplicado no dia **16 de abril de 2005**, às **14 horas** (horário oficial de Brasília/DF), e terá a duração de **4 horas e 30 minutos**.

6.2.1 Na data provável de **7 de abril de 2005**, os locais de realização do TPS e da prova escrita de Português (Segunda Fase) serão publicados no *Diário Oficial da União*, divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br, e afixados nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento no horário determinado.

6.2.2 O CESPE enviará ao candidato, via e-mail, Boletim Informativo do local de realização do TPS e da prova escrita de Português (Segunda Fase), sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a manutenção/atualização de seu correio eletrônico, o que não o desobriga do dever de observar o edital a ser publicado, consoante dispõe o subitem 6.2.1 deste Edital.

6.3 Características: o TPS será constituído de 50 questões, sendo 45 questões objetivas e 5 questões discursivas.

6.3.1 As questões objetivas serão do tipo múltipla escolha e do tipo CERTO ou ERRADO.

6.3.2 Cada questão do tipo múltipla escolha terá cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta correta, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada questão deste tipo, cinco campos de marcação correspondentes às cinco opções: A, B, C, D e E, devendo o candidato preencher apenas aquele correspondente à resposta julgada correta, de acordo com o comando.

6.3.2.1 Para obter pontuação em cada questão de múltipla escolha, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas correspondentes às opções da questão.

6.3.3 Cada questão do tipo CERTO ou ERRADO será constituída de quatro itens. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando da questão. Haverá, na folha de respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código **C**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO, e o campo designado com o código **E**, que deve ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

6.3.3.1 Para obter pontuação em cada item de cada questão do tipo CERTO ou ERRADO, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da folha de respostas correspondentes a esse item.

6.3.4 As questões discursivas deverão ser respondidas pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

6.3.5 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas do TPS para a folha de respostas e as das questões discursivas para o caderno de respostas das questões discursivas, que serão os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento de ambos será de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, na folha de respostas e na capa do caderno de respostas das questões discursivas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas ou do caderno de respostas das questões discursivas por erro de preenchimento do candidato.

6.3.6 Nenhuma das folhas do caderno de respostas das questões discursivas poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro espaço que não o indicado para esse fim, qualquer palavra ou marca que as identifiquem, sob pena de anulação das questões. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição de texto definitivo de determinada questão acarretará a anulação desta.

6.3.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas e do caderno de respostas das questões discursivas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital e/ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não-preenchido integralmente.

6.3.8 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas e o seu caderno de respostas das questões discursivas, sob pena de ter a correção de sua prova prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica.

6.3.9 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por agente do CESPE devidamente treinado.

7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

7.1 A folha de respostas das questões objetivas será corrigida por meio de processamento eletrônico.

7.2 A nota em cada questão objetiva do tipo múltipla escolha, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,20 ponto negativo (menos vinte centésimos), caso a resposta do

candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja mais de uma marcação.

7.3 A nota em cada item de cada questão objetiva do tipo CERTO ou ERRADO, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 0,25 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,25 ponto negativo (menos vinte e cinco centésimos), caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero), caso não haja marcação ou caso haja marcação dupla.

7.4 Para cada candidato, o cálculo da nota no conjunto das questões objetivas do TPS será igual à soma algébrica das notas obtidas em todas as questões e itens que o compõem.

7.5 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 40% da pontuação máxima possível no conjunto das questões objetivas.

7.5.1 Os candidatos eliminados na forma do subitem 7.5 deste Edital não terão classificação alguma no Concurso.

7.5.2 Os candidatos não eliminados na forma do subitem 7.5 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes das notas obtidas no conjunto das questões objetivas. Somente os candidatos classificados até a 600.ª posição (40.ª posição para os portadores de deficiência), respeitados os empates na última colocação, terão suas questões discursivas avaliadas.

7.6 A avaliação de cada questão discursiva será feita do seguinte modo:

7.6.1 Nos casos de fuga ao tema, de não haver texto ou de identificação em local indevido, o candidato receberá nota na questão (*NQ*) igual a ZERO.

7.6.2 A apresentação, a estrutura textual e o desenvolvimento do tema (demonstração do conhecimento avaliado) totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (*NC*), limitada ao valor estabelecido no caderno de prova.

7.6.3 Para a avaliação do domínio da modalidade escrita da língua portuguesa, será computado o número de erros (*NE*) do candidato, considerando-se aspectos tais como: grafia, pontuação, morfossintaxe e propriedade vocabular.

7.6.4 Será computado o número total de linhas (*TL*) efetivamente escritas pelo candidato.

7.6.5 O candidato deverá observar rigorosamente o número máximo de linhas estabelecido no caderno de prova para redigir a resposta de cada questão.

7.6.6 Será desconsiderado, para efeito de correção, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida no caderno de prova.

7.6.7 A nota na respectiva questão discursiva será igual a *NC* menos o resultado da divisão de *NE* por *TL*, ou seja,

$$NQ = NC - NE/TL$$

7.6.8 Será atribuída nota ZERO ao candidato que obtiver nota negativa na questão.

7.6.9 A nota no conjunto das questões discursivas será igual à soma das notas obtidas pelo candidato em cada questão discursiva.

7.6.10 Será eliminado do Concurso o candidato que obtiver nota inferior a 50% da pontuação máxima possível no conjunto das questões discursivas.

7.6.11 Os candidatos eliminados na forma do subitem anterior não terão classificação alguma no Concurso.

7.7 Para os candidatos não eliminados segundo o subitem 7.6.10 será calculada a nota final no TPS (*NFTPS*) como sendo igual à soma das notas obtidas no conjunto das questões objetivas e no conjunto das questões discursivas.

7.8 Os candidatos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes de *NFTPS* e os classificados até a 300.ª posição (20.ª posição para os portadores de deficiência, respeitados os empates na última colocação) terão as provas escritas de Português (Segunda Fase) avaliadas.

7.9 Todos os cálculos citados neste Edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para cima, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

8 DOS RECURSOS REFERENTES AO TPS

8.1 Os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas do TPS serão afixados nos quadros de avisos do CESPE e divulgados na Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, em data a ser determinada no caderno de prova.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas disporá de dois dias úteis, a contar do dia subseqüente ao da divulgação desses gabaritos, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horário oficial de Brasília), ininterruptamente, conforme datas determinadas nesses gabaritos.

8.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares das questões objetivas, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso (http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005), e seguir as instruções ali contidas.

8.4 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso. Serão preliminarmente indeferidos recursos extemporâneos, inconsistentes, que não atendam às exigências dos modelos de formulários e/ou fora de qualquer uma das especificações estabelecidas neste Edital ou em outros editais que vierem a ser publicados ou nos formulários do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

8.5 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

8.6 Se do exame de recursos resultar anulação de questão ou de item de questão integrante da prova, a pontuação correspondente a essa questão ou ao item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de questão ou de item de questão integrante da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.7 Todos os recursos serão analisados e as justificativas das alterações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005 no momento da divulgação do gabarito definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

8.8 Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

8.9 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso ou de recurso de gabarito oficial definitivo.

8.10 Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

8.11 A forma e o prazo para a interposição de recurso contra o resultado provisório das questões discursivas serão determinados no edital de resultado provisório da avaliação dessas questões.

9 DA SEGUNDA FASE: PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

9.1 **Data e horário**: a prova escrita de Português será aplicada no dia **17 de abril de 2005**, às **14 h 30 min** (horário oficial de Brasília/DF), nos mesmos locais em que o candidato prestou o TPS. Esta prova terá a duração de **5 horas**.

9.2 **Características**: a prova de Português, de caráter eliminatório e classificatório, constará de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 500 a 600 palavras (valor: 70 pontos), e de elaboração de resumo ou comentário de texto(s), com a extensão de 250 a 300 palavras (valor: 30 pontos).

9.3 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 500. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.

9.4 O candidato que entregar a redação ou o resumo/comentário em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida estará eliminado e não terá sua prova corrigida.

9.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem), a nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova de Português.

9.6 **Resultado**: o resultado provisório da Segunda Fase será anunciado na sede do IRBr, em Brasília, às 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **7 de junho de 2005**, e divulgado via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, até as 20 horas desse mesmo dia.

9.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Segunda Fase serão divulgados quando da publicação deste resultado.

9.7.1 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Segunda Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **14 de junho de 2005**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*, em edital que convocará os candidatos aprovados para as provas da Terceira Fase do Concurso.

10 DA TERCEIRA FASE: PROVAS DE HISTÓRIA DO BRASIL, DE GEOGRAFIA, DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DE NOÇÕES DE ECONOMIA, DE POLÍTICA INTERNACIONAL, DE INGLÊS E DE FRANCÊS OU ESPANHOL

10.1 A Terceira Fase constará de sete provas escritas, a serem realizadas de acordo com o seguinte calendário:

- data provável de **18 de junho de 2005**: História do Brasil;
- data provável de **19 de junho de 2005**: Geografia;
- data provável de **25 de junho de 2005**: Noções de Direito e Direito Internacional Público;
- data provável de **26 de junho de 2005**: Noções de Economia;
- data provável de **2 de julho de 2005:** Política Internacional;
- data provável de **3 de julho de 2005**: Inglês (manhã) e de Francês ou Espanhol (tarde).

10.2 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia, de Política Internacional e de Inglês terão a duração de **5 horas** cada uma, com início às 9 horas (horário oficial de Brasília/DF). As provas de Espanhol e de Francês terão a duração de **2 horas**, com início às 16 horas (horário oficial de Brasília/DF).

10.3 **Características referentes às provas da Terceira Fase:**

10.3.1 As provas de História do Brasil, de Geografia, de Noções de Direito e Direito Internacional Público, de Noções de Economia e de Política Internacional consistirão, cada uma, de cinco questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos para cada prova.

10.3.2 A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

10.3.2.1 Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

10.3.3 A prova de Francês (como opção de segunda língua estrangeira – vide subitem 5.7 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua francesa. As respostas deverão ser dadas em Francês.

10.3.4 A prova de Espanhol (como opção de segunda língua estrangeira – vide subitem 5.7 deste Edital), com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) em língua espanhola. As respostas deverão ser dadas em Espanhol.

10.4 O candidato que não comparecer a uma das sete provas, ou entregar uma prova em branco ou com qualquer forma de identificação diferente da permitida, estará eliminado e não terá qualquer das provas corrigidas.

10.5 **Aprovação**: serão considerados aprovados na Terceira Fase do Concurso os candidatos que tenham alcançado a nota mínima de 390 pontos na soma das pontuações obtidas nas sete provas desta fase. A nota 0 (zero) em qualquer prova elimina o candidato.

10.6 **Resultado** : O resultado provisório das provas da Terceira Fase será anunciado, na sede do IRBr, em Brasília, às 13 horas (horário oficial de Brasília/DF) na data provável de **2 de agosto de 2005**, e divulgados via Internet até as 18 horas do mesmo dia.

10.7 **Recursos**: a forma e o prazo para a vista de provas e a interposição de recurso contra o resultado provisório na Terceira Fase serão divulgados quando da publicação desse resultado.

10.8 O resultado dos recursos, portanto, o resultado final da Terceira Fase, será anunciado até as 18 horas (horário oficial de Brasília/DF) da data provável de **15 de agosto de 2005**, na sede do IRBr, em Brasília, e enviado para publicação no *Diário Oficial da União*.

11 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO

11.1 A nota final no Concurso será a igual à soma das notas obtidas nas provas da Segunda e da Terceira Fases.

11.2 A classificação final no Concurso, que determinará a ordem de ingresso dos aprovados na classe inicial da Carreira de Diplomata, corresponderá à ordem decrescente das respectivas notas finais.

11.3 O resultado final do Concurso será divulgado na Internet e publicado no *Diário Oficial da União* na data provável de **16 de agosto de 2005**.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 **Aceitação das normas deste Edital**: o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no *Diário Oficial da União*. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

12.2 O Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata 2005, disponível no endereço eletrônico http://www2.mre.gov.br/irbr/guia2005, é de leitura obrigatória e de caráter complementar a este Edital.

12.3 Os programas das provas da Segunda e da Terceira Fases do Concurso estão detalhados no anexo deste Edital.

12.4 Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de locais e de horários de aplicação das provas, informações quanto à posição do candidato no Concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a publicação da homologação do Concurso.

12.4.1 O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados e os editais a serem publicados no *Diário Oficial da União* e divulgados na Internet, nos endereços eletrônicos http://www2.mre.gov.br/irbr/irbr.htm e http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005.

12.5 O candidato poderá obter informações atinentes ao TPS junto ao Núcleo de Atendimento ao Candidato do CESPE, localizado no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 448–0100 ou via Internet, no endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/diplomacia2005, ressalvado o disposto no subitem 12.4 deste Edital.

12.6 Não serão identificadas, para efeito de correção, as questões discursivas do TPS e as provas da Segunda e da Terceira Fases.

12.6.1 As provas da Segunda e da Terceira Fases serão identificadas em público no momento do anúncio dos resultados.

12.7 Os candidatos terão direito à vista de provas e poderão interpor recurso contra os resultados provisórios da Segunda e da Terceira Fases, observadas as seguintes condições:

a) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

b) só será aceito requerimento de recurso fundamentado, que indique precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

c) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

d) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

12.8 A legibilidade é condição indispensável para a correção de todas as provas.

12.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de uma hora do horário fixado para o seu início, munido de caneta esferográfica de tinta preta, de comprovante de inscrição ou do Boletim Informativo e de documento de identidade original.

12.10 Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

12.11 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997).

12.11.1 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

12.12 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

12.12.1 A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

12.13 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 12.11 deste Edital, será automaticamente excluído do Concurso.

12.14 Nos dias de realização das provas, não será permitido ao candidato entrar ou permanecer no local do exame com armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular, entre outros). O descumprimento da presente instrução implicará eliminação do candidato, caracterizando-se tentativa de fraude.

12.14.1 O IRBr e o CESPE não se responsabilizarão por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

12.15 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de prova e a folha de rascunho, que é de preenchimento facultativo, no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

12.16 Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que, durante a sua realização:

a) der e/ou receber auxílio para a execução da prova;

b) utilizar-se de livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos e/ou que se comunicar com outro candidato;

c) portar telefone celular, gravador, receptor, *pagers*, *notebook* e/ou equipamento similar;

d) faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes e/ou com os demais candidatos;

e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

f) recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização;

g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas ou o caderno de respostas das questões discursivas;

i) descumprir as instruções contidas no caderno de prova, na folha de respostas, na folha de rascunho e/ou no caderno de respostas das questões discursivas;

j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

k) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso.

12.17 Exige-se traje apropriado nos dias de realização das provas.

12.18 Não será admitido o ingresso de candidatos nos locais de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

12.19 Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, fora da data e do local predeterminados em edital e/ou em comunicado.

12.20 Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não-comparecimento a qualquer das provas implicará a eliminação automática do candidato.

12.21 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

12.22 Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será eliminado do Concurso.

12.23 No dia de realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

12.24 O prazo de validade do Concurso será de noventa dias, a contar da data de publicação do resultado final, sem possibilidade de prorrogação.

12.25 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE e no IRBr, enquanto estiver participando do Concurso. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não-atualização de seu endereço.

12.26 Concomitantemente à divulgação do resultado final do Concurso, os candidatos serão convocados para se submeterem a exame pré-admissional, conforme subitem 3.8.

12.27 Os casos omissos serão resolvidos pelo IRBr, com a colaboração do CESPE quando necessário.

FERNANDO GUIMARÃES REIS
Diretor

(DOU de 17 de fevereiro de 2005)

NOTA: Os programas mencionados no subitem 12.3 do presente Edital estão reproduzidos, neste Guia, juntamente com as orientações para o estudo de cada disciplina.

PORTARIA Nº 336, DE 30 DE MAIO DE 2003

Revoga Portaria de 01 de novembro de 1995, que regulamenta o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase, PROFA-I, e institui novo regulamento para incorporar modificações decorrentes da implantação do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco no processo de formação dos diplomatas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nas Leis nº 70501, de 27 de junho de 1986, especialmente em seus artigos 38 e 39, parágrafos únicos, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, resolve revogar Portaria de 01 de novembro de 1995 e estabelecer o seguinte regulamento para o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA -I), doravante denominado Curso de Formação do Instituto Rio Branco:

Regulamento do Curso de Formação do Instituto Rio Branco

Capítulo I
Das finalidades e duração

Art. 1º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco tem por finalidade a avaliação das aptidões e capacidade de funcionário nomeado para o cargo inicial da carreira de diplomata do Serviço Exterior, durante o estágio probatório de que trata o art. 8º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986.

Art. 2º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco compreende as atividades de formação e desempenho funcional, a serem coordenadas pelo Instituto Rio Branco (IRBr).

Art. 3º Considerando a natureza da carreira diplomática, poderão ser utilizados como instrumentos de formação e aperfeiçoamento trabalhos práticos, exercícios, preleções, exames, debates em seminários, monografias, treinamento, visitas a Estados da Federação e demais atividades que programe o Diretor do IRBr.

Art. 4º O Curso de Formação do Instituto Rio Branco começará no máximo 30 (trinta) dias após a nomeação dos aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, e terá a duração de quatro períodos consecutivos, assim distribuídos:

a) os dois primeiros períodos, de não mais do que 20 semanas cada um, darão ênfase a atividades indispensáveis à formação e ao aperfeiçoamento do funcionário nomeado, a luz das necessidades da carreira diplomática;

b) os dois últimos períodos compreenderão cursos de aperfeiçoamento e dedicação à pesquisa ou prática diplomática;

c) os estágios regulares no exterior serão realizados somente pelos alunos do Mestrado em Diplomacia, após a apresentação ou a aprovação das dissertações, e terão duração de até seis meses;

d) a distribuição dos estagiários por postos será feita preferencialmente por ordem de classificação nos exames de qualificação no Mestrado;

e) a designação de estágio no exterior em determinada missão ou instituição poderá se

deve-se comprovar ter estado tal agente em serviço no momento da ocorrência do dano. Igualmente, deve ser verificado o nexo de causalidade entre a ação ou omissão estatal e o dano sofrido pela vítima. Casos fortuitos ou força maior podem, mas não necessariamente, liberar o Estado do dever de indenizar.

No caso em tela, Caio pode processar o Município e tem ótimas perspectivas de êxito. Além de ter acionado aquele que de fato deve figurar no pólo passivo da demanda, o Município, estão presentes os demais pré-requisitos para o sucesso de seu processo: a) embora a área em questão seja de notória periculosidade, o Município comportou-se omissiva e ativamente. Omissivamente, por não ter resolvido, após longos anos, o problema dos deslizamentos por meio de obras de contenção; ativamente, por ter concedido alvará de construção em área de risco, de conhecimento de todos; b) há claro nexo de causalidade entre o referido proceder do Município e o dano sofrido por Caio, que perdeu seu patrimônio; c) a Natureza, aqui, não pode escusar as autoridades, visto que o problema dos deslizamentos não ocorre apenas por causa das chuvas, mas por falta de obras mínimas de urbanização.

Por fim, vale observar que o funcionário que concedeu o alvará para Caio poderá ser responsabilizado numa relação poder público-funcionário.

Questão 3

Analise a eventual importância do princípio da separação de poderes no debate do controle externo do Poder Judiciário, tal como se põe hoje.

Hélio Silva Filho (16/20)

A independência e a separação dos três poderes constituem cláusula pétrea da Constituição brasileira. A proposta de controle externo do judiciário, alega-se, poderia ameaçar esses princípios e comprometer o primado da Constituição na definição do relacionamento entre os poderes.

A Carta consagra o princípio de que não há hierarquia entre os três poderes: deve prevalecer o equilíbrio e o autocontrole. Contudo, estabelece limites e mecanismos institucionais de controle do exercício de poderes, sem que ameace o equilíbrio do sistema. É o caso dos mecanismos de controle de constitucionalidade das leis (ação direta de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade), das comissões parlamentares de inquérito e das ações do Ministério Público. De certa forma, esses mecanismos exercem 'controle externo' sobre atos do executivo e do legislativo. Não configuram hierarquia nem relações de dependência entre os poderes: diversamente, têm contribuído para o fortalecimento das instituições democráticas e, justamente, para o equilíbrio entre os poderes.

A proposta de controle externo do Poder Judiciário não se baseia, necessariamente, no pressuposto de que há desequilíbrio entre os poderes. É possível implementar mecanismos de controle sem violar os princípios de independência, separação e não-hierarquia. Um 'órgão de controle', por exemplo, poderia ser composto por juristas consagrados, independentes, com vistas a examinar atos do judiciário e submeter, ao próprio poder judiciário, a decisão quanto a medidas com relação a eventuais atos ilícitos de seus membros. É possível gerar aprimoramento institucional que aumente a eficiência do judiciário e prime pela lisura de seus atos, sem que isso comprometa a separabilidade dos três poderes.

O debate sobre o tema tem sido objeto de controvérsia. De qualquer maneira, qualquer mecanismo institucional de controle externo - que viole os princípios de separabilidade, independência e inexistência de hierarquia - poderá ser questionado, em segundo momento, via mecanismo de controle de constitucionalidade: é improvável o estabelecimento 'unilateral' de tal mecanismo por um único poder (executivo ou legislativo) sobre o judiciário.

Questão 4

Disserte sobre o tema da reserva a tratado analisando, entre outras, as seguintes questões:

(i) o Estado que ratifica ou adere com reservas é parte do tratado se alguns membros apresentam objeções às reservas formuladas?, e

(ii) existe distinção entre declaração interpretativa e reserva?

Rodrigo de Oliveira Castro (20/20)

A figura da "reserva" já foi mais utilizada pelos Estados, mas vem sendo cada vez mais evitada nas últimas décadas, o que faz com que a tendência, hoje, seja a da procura do consenso na hora de firmar tratados, aumentando, assim, a força e a eficácia dos mesmos.

A "reserva" serve para um Estado tomar parte num tratado, mas sem se vincular a todos os seus preceitos. Ela serve para que o Estado se exima da responsabilidade de acatar cláusulas específicas, e a motivação da reserva pode ser de cunho jurídico, econômico, político ou mesmo social. Basta que o Estado não concorde com determinada cláusula. É preciso registrar que as reservas ainda são admitidas no âmbito dos tratados multilaterais, mas não encontram guarida em tratados bilaterais. O tratado multilateral, em seu texto, pode determinar se admite, ou não, reservas. Um exemplo recente de que tal instrumento está caindo em desuso mesmo no caso dos tratados multilaterais é o Tribunal Penal Internacional, cujo tratado constitutivo não admite reservas.

A reserva nos tratados multilaterais não é, portanto, motivo suficiente para que o Estado não seja parte do tratado. As objeções de alguns membros não determinam, necessariamente, a saída do Estado que aderiu ou ratificou com reservas. Entretanto, tal Estado corre esse risco se a objeção às suas reservas for unânime ou majoritária, o que pode constrangê-lo a se retirar do concerto.

Ao contrário da reserva, por meio da qual o Estado diz: "Não concordo com tal cláusula e a ela não me sinto vinculado", a declaração interpretativa serve para qualificar a concordância do Estado. Por meio dela, o Estado se vincula ao tratado, mas ressalvando que o faz tomando como base um entendimento particular (seu) da matéria ou de alguma cláusula específica.

Questão 5

Em 24 de julho de 1993, foi negociado em Viena tratado sobre repressão ao crime de corrupção. As partes se comprometeram, nos termos do artigo 11, a efetuar eventuais extradições em até dois meses e por decisão de autoridade administrativa competente, cabendo recurso para os tribunais. O chefe da delegação brasileira assinou o documento ao

final dos trabalhos. O texto foi então remetido ao Congresso Nacional, que o aprovou. Em seqüência, o Presidente da República ratificou e promulgou o tratado mediante decreto presidencial. No começo de 2002, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o decreto que incorporou o tratado ao ordenamento jurídico brasileiro.

Tais as circunstâncias,

(i) comente a decisão do STF, e

(ii) discorra sobre eventual desdobramento jurídico que o julgamento possa vir a ter em relação aos demais países vinculados ao tratado.

Luis Fernando Corrêa da Silva Machado (18/20)

Não há vícios de forma no que tange à incorporação do Tratado sobre Repressão ao Crime de Corrupção ao ordenamento pátrio. No entanto, uma vez que ao adentrar a esfera jurídica nacional os tratados são equiparados à lei federal (R.E. 80.004/77), verificam-se, sim, incongruências do documento em apreço em relação ao diploma constitucional brasileiro. Desse modo, o STF agiu corretamente ao declarar a inconstitucionalidade do decreto, pois, segundo a Constituição Federal, os processos de extradição devem ser impetrados junto ao STF. Assim, a disposição do art. 11 do Tratado, que relega a decisão sobre eventuais extradições à autoridade administrativa competente, não se coaduna com as normas constitucionais. No que diz respeito ao eventual desdobramento jurídico que o julgamento possa vir a ter em relação aos demais países vinculados ao Tratado, caso o Brasil não faça uma reserva em relação ao artigo 11 ou denuncie o Tratado como um todo, o País incorrerá em responsabilidade internacional se porventura não efetuar extradições em até dois meses e por decisão de autoridade administrativa competente, à medida que os países não podem alegar normas de direito interno para não cumprir suas obrigações internacionais. Tal entendimento encontra-se cristalizado no art. 27 da Convenção de Viena sobre Tratados e é também considerada norma costumeira de direito internacional.

*

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Conceitos básicos. 1.1 O objeto da Economia: escassez e usos alternativos; bens econômicos; sistema de preços e alocação de recursos. 1.2 Noções sobre a evolução da análise econômica: pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos. 1.3 Medida da atividade econômica: produto e renda; contas nacionais: os grandes agregados e sua estimação; valores nominais e valores reais; índices de preços. 1.4 Noções de Microeconomia: determinantes da procura e da oferta; elasticidades; o equilíbrio de mercado; concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado. 1.5 Moeda e sistema bancário: oferta e procura de moeda; Banco Central e política monetária; inflação. 1.6 Noções de Economia Internacional: taxas de câmbio e sua determinação; o balanço de pagamentos; a noção de vantagens comparativas e vantagens competitivas. Movimentos internacionais de capitais. Taxa de juros interna e externa. Integração econômica, comércio mundial e acordos regionais.

2. Formação da Economia Brasileira. 2.1 A economia brasileira no período colonial: a economia açucareira do Nordeste; auge e declínio da mineração. 2.2 A economia brasileira no século XIX: expansão da lavoura cafeeira; transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial. 2.3 A economia brasileira na primeira metade do século XX: as duas guerras mundiais; a depressão dos anos trinta e seus reflexos; o processo de industrialização: fases, características. 2.4 A economia brasileira na segunda metade do século XX: desenvolvimentismo e planejamento econômico; endividamento público e processo inflacionário; choques externos e planos de estabilização; opções de política econômica; mercado de trabalho; ciência, tecnologia e inovação; comércio exterior e integração econômica.

Bibliografia sugerida:

ABREU, M. P. *A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.* São Paulo: UNESP, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 2003.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUELSON. P. A.; NORDHAUS, W. D. *Economia* 16. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" *in*: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato: Noções de Economia*. Brasília: FUNAG, 1996.

Prova de 2004

Questão 1

Recentemente foi discutida a possibilidade de retirar o investimento público do cálculo do resultado primário. Considerando a relação entre as necessidades de financiamento do setor público e o déficit nominal, explique como essa medida pode afetar a evolução da dívida pública no Brasil.

Rodrigo de Macedo Pinto (20/20)

O resultado primário é constituído das receitas do setor público menos as suas despesas (sem incluir aqui despesas com pagamento de juros). Ao incluirmos nessa conta os gastos com pagamento de juros, chegamos ao resultado nominal do orçamento. Este será superavitário quando as receitas superarem as despesas, e deficitário quando ocorrer o contrário. Neste último caso, o governo terá de cobrir esse déficit tomando emprestado junto ao público e aumentando assim o montante da dívida pública.

A proposta de retirar o investimento público do cálculo do resultado primário tem como objetivo aumentar os gastos governamentais no setor de infra-estrutura, que atualmente encontram-se em regime de contenção face à necessidade de o país cumprir a meta de superávit primário acordada com o FMI. No entanto, este aumento de gastos seria, de qualquer forma, registrado no resultado nominal das contas públicas, aumentando o déficit nominal do país (ou diminuindo seu superávit nominal, o que é raro no Brasil).

Por sua vez, o déficit nominal é um dos indicadores que os investidores consideram no momento de emprestar ao setor público. Estando ele em trajetória de alta, devido ao aumento do investimento público, os investidores passam a exigir taxas de juros mais altas, devido ao risco maior de se financiar o setor público. Como conseqüência, a evolução da dívida pública no Brasil se dará no sentido de alta.

Questão 2

Como uma economia em que existe controle de capitais reage a um choque temporário que reduza a renda do país?

Rodrigo de Macedo Pinto (16/20)

Numa economia em que exista controle de capitais, os choques recessivos temporários tendem a ser menos impactantes do que nas economias onde não há aqueles controles.

Em primeiro lugar, por não se dar uma fuga em massa de capitais, as pressões sobre o câmbio são reduzidas. As reservas internacionais são menos afetadas, e a desvalorização cambial é menos acentuada, o que minimiza possíveis efeitos inflacionários.

Em segundo lugar, as taxas de juros não precisam ser sensivelmente elevadas para estimular a permanência do capital durante o choque. Taxas de juro muito altas contribuiriam para manter o quadro recessivo, dificultando a recuperação.

Cumpre lembrar, no entanto, que os controles tendem a desestimular o fluxo de capitais para o país que os adota, segundo a lógica de que o capital só entra onde pode sair depois. Assim, esses países, da mesma maneira que se protegeriam dos custos da desregulamentação, não poderiam aproveitar-se dos seus benefícios.

Questão 3

Explique por que a redução do multiplicador monetário, provocada por uma crise de confiança no sistema bancário, pode contribuir para elevar as taxas de juros.

Rodrigo de Macedo Pinto (20/20)

Os bancos, ao receberem depósitos à vista e emprestarem parte desses depósitos, põem em marcha um processo de criação de moeda. Isto se dá na seguinte seqüência simplificada: o banco 1 recebe um depósito no valor X ? o banco 1 guarda uma fração daquele valor e empresta o restante ? o tomador do empréstimo deposita-o no banco 2 ? o banco 2 guarda parte desse dinheiro e empresta o restante ? o processo continua até o esgotamento das possibilidades de novos empréstimos. No final, o valor total dos depósitos à vista no sistema bancário supera em muito o montante que deu início ao processo. A moeda multiplicou-se, e a magnitude deste aumento é determinada pela fração dos depósitos que ficou retida nos bancos. É o banco central que determina a porcentagem dos depósitos que tem de ser mantida na forma de reservas.

Ao ocorrer uma crise de confiança, há uma corrida aos bancos, e ocorrem saques numa proporção muito maior do que depósitos. As reservas bancárias diminuem, e, conseqüentemente, o estoque de moeda que é um múltiplo daquelas reservas também diminui. Com o enxugamento do sistema, a curva da oferta de moeda desloca-se para cima e para a esquerda, tornando o preço do dinheiro, ou seja, as taxas de juros, mais elevado.

Questão 4

A queda de preço e as substanciais melhorias de qualidade que ocorreram nos mercados de aparelhos de DVDs, introduzidos há relativamente pouco tempo no consumo dos brasileiros, contribuem para aumentar a diferença entre o custo de vida verdadeiro e aquele mensurado pelos índices de preço oficiais. Avalie.

Hélio Silva Filho (20/20)

Na Microeconomia, a teoria do consumidor estabelece que a decisão de consumo tem como objetivo maximizar sua utilidade – 'satisfação' – dada certa restrição orçamentária. Ele escolherá a cesta de bens de consumo conforme suas preferências.

Ocorre que, enquanto os padrões de consumo são 'dinâmicos' (mudam com o tempo, variam entre classes sociais, alteram as escolhas do consumidor), os índices de preço oficiais são relativamente 'estáticos': não é viável atualizar-se constantemente os indicadores de

inflação e as cestas de bens que os compõem na mesma velocidade em que mudam os padrões de consumo. As escolhas dos consumidores mudam com as inovações tecnológicas (ex: DVDs) ou até mesmo com as dietas (ex: menor consumo de açúcar).

Com isso, o custo de vida verdadeiro pode diferir significativamente daquele mensurado pelos indicadores oficiais, conforme varia o padrão de consumo de cada brasileiro. Quanto maior a rapidez da mudança de comportamento do consumidor, maior deverá ser a discrepância entre o custo de vida 'verdadeiro' e o 'oficial'.

No exemplo do enunciado, como os aparelhos de DVDs não estão incluídos na cesta dos bens que compõem a medição do custo de vida, a medida oficial tende a ser maior que o custo de vida do cidadão que consome aparelhos de DVDs (pois eles apresentam queda de preço, o que significa queda no custo de vida de seus consumidores). A predominância de produtos 'tradicionais', na composição da cesta de produtos que mede o custo de vida oficial, contribui para aumentar a diferença com a realidade à medida que bens de maior conteúdo tecnológico (inovações resultam em ganhos de produtividade e queda nos custos de produção) vão constituindo parte mais significativa da cesta de consumo real dos brasileiros. Na medida do possível, os indicadores oficiais precisam ser atualizados para serem mais representativos da realidade.

Questão 5

Após a Grande Depressão, o governo brasileiro passou a comprar colheitas inteiras de café apenas para queimá-las. Por que esta escolha era preferível a deixar o café apodrecer nas plantações?

Rodrigo de Macedo Pinto (20/20)

A quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e a subseqüente Grande Depressão ocorreram ao mesmo tempo em que as colheitas do café no Brasil batiam recordes, devido às políticas de valorização do produto dos anos 20, que estimularam a expansão da área plantada.

A queda da renda nos países importadores (notadamente, os Estados Unidos) provocou uma diminuição da demanda pelo produto, enquanto sua oferta aumentava. Conseqüentemente, o preço do café caiu bruscamente. Esta queda no preço não foi compensada por um aumento na quantidade vendida do produto, pois o café possui baixa elasticidade-preço, ou seja, uma variação percentual do seu preço provoca uma variação percentual menor da quantidade comercializada. Assim, a produção não encontrava mercado suficiente, os estoques aumentavam, e a espiral de queda nos preços avançava. O resultado era a queda na renda dos produtores nacionais e, por extensão, do país, que era fortemente dependente da exportação do café.

A compra e queima da produção excedente teve o efeito de romper a cadeia de acontecimentos que levavam à queda da renda no país. A eliminação de boa parte do produto diminuiu sua oferta. A diminuição da oferta freou a baixa de preços. A renda dos produtores e do país foi, assim, protegida.

*

POLÍTICA INTERNACIONAL

A prova de Política Internacional consistirá de 5 (cinco) questões discursivas, cada questão valendo 20 (vinte) pontos, totalizando, assim, 100 (cem) pontos.

Programa:

1. Relações internacionais: conceitos básicos. 2. A política externa brasileira: evolução, principais diretrizes e linhas de ação. 3. O Brasil e a América do Sul. Mercosul. 4. A política externa argentina. A Argentina e o Brasil. 5. A política externa norte-americana e relações com o Brasil. 6. Relações do Brasil com os demais países do hemisfério. 7. Política externa francesa e relações com o Brasil. 8. Política externa inglesa e relações com o Brasil. 9. Política externa alemã e relações com o Brasil. 10. A União Européia e o Brasil. 11. Política externa russa e relações com o Brasil 12. A África e o Brasil. 13. A política externa da China, da Índia e do Japão: relações com o Brasil. 14. Oriente Médio: a questão palestina; Iraque; Irã. 15. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 16. A ALCA e o Brasil. 17. Agenda Internacional e o Brasil. 17.1 Desenvolvimento; 17.2 Pobreza e ações de combate à fome; 17.3 Meio ambiente; 17.4 Direitos Humanos; 17.5 Comércio internacional e OMC; 17.6 Sistema financeiro internacional; 17.7 Desarmamento e não-proliferação; 17.8 Terrorismo; 17.9 Narcotráfico; 17.10 O Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Bibliografia sugerida:

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. 4v. São Paulo: USP, 1996.

ASHWORTH, W. *A short story of international economy since 1850*, Londres: Longman, 1975.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Revan, 2003.

_____. *Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992)*. São Paulo, Ensaio, 1993.

_____. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

BOORSTIN, D.J. *The image: a guide to pseudo-events in America*. Nova York: Vintage, 1992.

BOZO, Frédéric. *La Politique étrangère de la France depuis 1945*. Paris, La Découverte, coll. "Repères", 1997.

CERVO, Amado Luiz *As Relações Internacionais da América Latina - velhos e novos paradigmas*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

_____; (org*). O desafio internacional; a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias.* Brasília: Unb, 1994.

_____; & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil.* Brasília: Unb, 2002.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 2001.

GILPIN, R. M. *A Economia política das Relações Internacionais. Brasília: editora da UnB, 2002*.

_____. *O Desafio do Capitalismo Global: economia mundial no século XXI.* Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUJARAL, I. K. *Continuity and change: India's foreign policy,* Macmillan, 2003.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

LESSA, Antônio Carlos. *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: Funag; IBRI, 2003.

LO, Bobo. *Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign Policy,* Londres: Blackwell Publishing, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. *Manual de Questões Internacionais Contemporâneas*. Brasília: FUNAG, 2000, 360 p.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações internacionais – cultura e poder.* Brasília: FUNAG/ IBRI, 2002.

_____ (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina.* Brasília: Funag/IBRI, 2003.

MCNEILL, W. H. *The pursuit of power*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

MERSCHEIMER, J. *The tragedy of great power politics*, Nova York: Norton, 2001.

MILNER, H. & KEOHANE, R. *Internationalization and domestic politics*, Nova York, Cambridge University Press, 1996.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Manual do Candidato - História Geral Contemporânea (séculos XVII-XX),* Brasília: FUNAG, 2ª edição, 2002.

MORGENTHAU, H. *A política entre as nações*, Brasília: Funag/IPRI, EdunB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MRE/FUNAG. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995).* Brasília: FUNAG, 1995.

MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*, Nova York: Harpe r & Row, 1971.

PARADISO, J. *Debates y trajectoria de la política exterior argentina*, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos Estados Unidos*, Porto Alegre: UFRGS, 2003.

REBELO, Aldo & FERNANDES, Luis (orgs.). *Política de defesa para o século XXI*, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003

SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil.* Brasília, EDUNB, 1996.

SCHURMANN, F. *The logic of world power: an inquiry into the origins, currents and contradictions of world politics.* Nova York: Pantheon Books, 1974.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Os candidatos que desejarem se manter atualizados com o estado da arte das relações internacionais poderão servir-se de periódicos especializados, tais como *Revista Brasileira de Política Internacional* (http://www.ibri-rbpi.org.br), *Política Externa* (http://www.politicaexterna.com.br), *Foreign Affairs* (http://www.foreignaffairs.org), *Foreign Policy* (http://www.foreignpolicy.com) e *Politique Internationale* (http://www.politiqueinternationale.com), bem como das páginas eletrônicas do Ministério das Relações Exteriores (http://www.mre.gov.br) e da *Rede Brasileira de Relações Internacionais* (http://www.relnet.com.br).

Publicações adicionais que podem auxiliar a preparação dos candidatos estão disponíveis na FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão:

site na Internet – www.funag.gov.br
e-mail: funag@mre.gov.br
e-mail do Setor de Publicações: publicacoes@funag.gov.br

Brasília
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
ANEXO II, TÉRREO, SALA 1
70170-900 Brasília - DF
Telefones: (061) 411-6033/6034/6847/6857
Fax: (061) 322-2931, 322-2188

Rio de Janeiro
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196 - Centro
520080-002 Rio de Janeiro - RJ
Telefax: (021) 233-2318/2079

Prova de 2004

Questão 1

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) nasceu de uma iniciativa brasileira, inspirada na necessidade de institucionalizar e orientar o processo de cooperação regional. Discorra sobre a sua evolução e sobre as diferentes vertentes da cooperação existente entre os membros do Tratado, caracterizando a sua importância para a integração regional na América do Sul.

Luis Fernando Corrêa da Silva Machado (20/20)

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi firmado em 1978 entre Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Tal iniciativa, cujo principal país incentivador foi o Brasil, adveio da modificação do eixo de preocupação da segurança regional da Bacia do Prata para a Bacia Amazônica. Essa preocupação brasileira com a segurança na região amazônica decorre da baixa densidade demográfica, do difícil acesso de grandes áreas da região, do baixo desenvolvimento econômico se comparada com outras regiões do País, além da porosidade das fronteiras, o que torna a região suscetível a ameaças não de cunho militar, mas ao tráfico de espécies ameaçadas, ao crime organizado, ao narcotráfico entre outras. Soma-se a isso o fato de que, embora as relações com do Brasil com os países amazônicos sejam pautadas pela cordialidade, são pouco intensas. Para suprir essas lacunas e adensar as relações dos países da região, foi criado o TCA, cujos objetivos principais versam sobre o aumento da cooperação dos países-membros tanto em relação à cooperação técnica quanto à tecnológica e à científica. Além da transferência de tecnologia com vistas a solucionar os problemas da região e aumentar o desenvolvimento econômico da área, sempre sob o enfoque do desenvolvimento sustentável, o TCA almeja também a ser importante fórum de concertação política. Com o intuito de fortalecer institucionalmente o tratado e intensificar os trabalhos desenvolvidos sob o manto do acordo, em 1995 emendou-se o tratado e criou-se a OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – com personalidade jurídica de direito internacional e dotado de uma secretaria pro-tempore a qual operaria em sistema de rodízio entre os países-membros da organização. Em 1998, com o intuito de fortalecer ainda mais a organização, optou-se pela criação de uma secretaria permanente, cujo acordo em 2002 estabeleceu que a secretaria permanente se localizaria no Brasil, em Brasília. O início das operações deu-se em 2003, com a escolha do embaixador Sérgio Sanches como secretário-geral. Houve grande impulso das atividades da OTCA com o advento da secretaria permanente. Nesse contexto, foi firmado acordo entre a OTCA e a OPAS (Organização Pan-americana de Saúde) a fim de que esta última organização preste suporte aos projetos desenvolvidos pela OTCA no âmbito do mandato da OPAS de atuação. Também foi firmado acordo similar com a FAO, organização da ONU responsável por agricultura e alimentação. No que diz respeito à gestão de recursos hídricos, a OTCA obteve a aprovação de recursos do GEF (Global Environment Facility) para executar em conjunto com a OEA e o PNUMA projeto de gerenciamento e formulação de plano estratégico para os recursos hídricos da região amazônica. Pretende-se ainda que a OTCA trabalhe no sentido de criar interfaces com a Iniciativa para a Integração e Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a qual todos os países da OTCA são signatários. Em 2004, o embaixador boliviano Sérgio Sanches foi substituído pela equatoriana Rosalía Arteaga a frente da

organização. No mês de julho do corrente na reunião das Comissões Nacionais Permanentes deve ser aprovado o plano estratégico 2004-2010 da OTCA. Sem dúvida, a OTCA e seu fortalecimento vão ao encontro das prioridades da política externa brasileira sobretudo do estreitamento dos laços e maior integração dos países da América do Sul. Cumpre ainda salientar que a maioria dos países amazônicos são também países andinos o que corrobora para a integração e aproximação do Mercosul com a CAN (Comunidade Andina). Uma vez que a América do Sul é prioridade nacional, a OTCA transforma-se em instrumento valioso na consecução do objetivo de integrar a região não apenas amazônica, mas também sul-americana.

Questão 2

A visita do Presidente Lula à República Popular da China na segunda quinzena de maio do corrente ano é iniciativa que procura revestir de sentido estratégico esse relacionamento bilateral. Considerando a importância da China na cena internacional contemporânea, discorra sobre as diferentes dimensões desse relacionamento, inserindo-o na perspectiva das prioridades da política externa brasileira.

Luis Fernando Corrêa da Silva Machado (20/20)

Desde o reatamento das relações diplomáticas com a China, em 1974, graças à política externa brasileira mais assertiva e à distensão ideológica no plano internacional, as relações entre o Brasil e a China são pautadas por um constante adensamento e intensificação dos fluxos comerciais. Em 2003, a China foi nosso 3º parceiro comercial e as relações bilaterais foram estimadas em 8 bilhões de dólares. Desde 1993, com a visita do mandatário chinês, Jiang Zemin, ao Brasil, foi estabelecida uma parceria estratégica entre o maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental com o maior país em desenvolvimento do hemisfério oriental. Ambos são países de dimensões continentais, com grande população e significativo peso econômico, o que levou Kennan a descrevê-los como países monstros. Quando se analisa a China, porém, os números em relação ao Brasil são assimétricos. A China possui 1,3 bilhão de habitantes, um PIB estimado em 1,3 trilhão de dólares, reservas cambiais de 450 bilhões de dólares e é o 3º maior importador mundial e o 4º maior exportador, o que a torna parte do cálculo político de qualquer nação nas relações internacionais. O Brasil apresenta um relacionamento profícuo com a China. Na vertente político-diplomática, ambos os países são defensores do multilateralismo no plano internacional e apresentam surpreendente convergência de opiniões que pode ser mensurada pela quantidade de votos similares nas diversas instâncias das Nações Unidas. Na vertente científico-tecnológica, China e Brasil desenvolvem importante projeto na área de cooperação espacial, o satélite CBRES (China-Brazil Resources Earth Satellite). Dois satélites já foram lançados e espera-se o lançamento de mais dois. Por se tratar de cooperação em área de tecnologia de ponta, o CBRES é considerado projeto modelo de cooperação Sul-Sul. Além do CBRES, planeja-se aumentar o intercâmbio de informações e a cooperação na área de energias renováveis, em especial no que diz respeito à tecnologia brasileira na área sucro-alcooleira. Na vertente econômico-comercial, o País já há algum tempo estreita as relações com a China. Apesar de o País exportar majoritariamente produtos de base, como soja e minério de ferro, a tendência é que a pauta exportadora melhore qualitativamente e quantitativamente. Foi concluída uma joint-venture entre a brasileira Embraer e a chinesa AVIC-II a fim de construir aviões ERJ-145 em território chinês. Outra joint-venture

importante foi a realizada entre a CVRD e a BaoSteel na área de minérios. No sentido de catalisar as relações entre os dois países, a visita do presidente Lula à China é marcante, embora o relacionamento seja marcado por visitas de alto nível. Tal iniciativa do governo corrobora com a diretriz governamental de modificar a geografia econômico-comercial do Brasil, o que implica intensificar o relacionamento Sul-Sul. É importante destacar que o adensamento dos laços político-comerciais com a China é considerado prioridade da política externa nacional, como explicitado nos discursos de posse tanto do Presidente Lula quanto do Chanceler Celso Amorim e em vários discursos em oportunidades subseqüentes. Na visita à China, foram assinados 24 acordos comerciais e de cooperação. Nessa oportunidade a Petrobrás abriu escritório comercial na China e firmou acordo com a estatal chinesa da área de petróleo – SINOPEC, para projetos de prospecção conjuntos. Também foi firmado acordo entre a CVRD e a estatal chinesa Chalco para exploração de alumínio. Uma das iniciativas de relevo da visita foi o desejo do governo chinês em investir em projetos de infra-estrutura no Brasil. Cabe destacar que a China é importante investidora internacional e pode vir a suprir parcialmente a carência brasileira de capitais. Tal ato também servirá para equilibrar a balança de investimentos entre os dois países, pois, atualmente, há mais investimentos do Brasil na China do que o contrário. Em decorrência da importância da China no plano internacional e da tradicional parceria estratégica entre as duas nações, a aproximação do Brasil com a China torna-se prioridade a fim de que a política externa nacional cumpra seu papel precípuo de alavancar o desenvolvimento do País

Questão 3

A grave crise desencadeada com a deposição do Presidente do Haiti Jean-Bertrand Aristide em 29 de fevereiro de 2004 teve grande repercussão nos planos internacional e regional, culminando com o envio de tropas multinacionais arregimentadas pelas Nações Unidas para restabelecer a ordem interna e garantir a posse do Presidente da Suprema Corte, conforme linha sucessória definida na Constituição daquele país. O Brasil desempenhou, desde o início da crise, papel ativo na busca de encaminhamentos para superá-la, estando incumbido de integrar e liderar nova força de paz das Nações Unidas em substituição à missão anterior. Considerando a política do País no tocante à participação em missões de paz e as atuais orientações e prioridades de sua política externa, discorra sobre as motivações que o levam a engajar-se ativamente na questão haitiana.

Talita Borges Vicari (20/20)

A participação brasileira em missões de paz apresenta histórico significativo de sua atuação sob a égide da ONU e da OEA. Guiado pelo princípio constitucional da defesa da paz, orientador de suas relações internacionais, participou o Brasil com envio de tropas, observadores militares e eleitorais a mais de 25 missões de paz até os dias de hoje.

Já em 1947, enviou observadores ao Estado grego. Seguiram-se a essa missão diversas ações como: o envio do batalhão de Suez para o conflito árabe-israelense (entre 1956 e 1967); a participação no processo do Congo, na ONUSAL em El Salvador e nas operações de desminagem na América Central; a presença na missão UNPROFOR nos conflitos da ex-Iugoslávia; a atuação expressiva em 3 missões em Angola (UNAVEM I, II e III) nos processos de apaziguamento entre as facções políticas em conflito e de proteção de civis; a atuação na ONUMOZ em Moçambique reconhecida internacionalmente pela superação positiva das atribuições conferidas ao Brasil; a contribuição para o processo de

paz no Timor Leste e a participação na MOMEP – missão de paz para dirimir os conflitos na fronteira entre Peru e Equador.

Ao liderar pela primeira vez missão de paz no âmbito do ONU, mantém o Brasil sua tradição de histórica participação em operações de paz. Sua ação no Haiti, porém, reflete também a consciência dos deveres e responsabilidades resultantes da participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sua atual participação como membro não-permanente já impõe ao Brasil preocupação com a paz e segurança internacionais. O pleito a um assento permanente reforça, contudo, a percepção de que a participação ativa no conflito do Haiti, além de representar imperativo moral pela busca da pacificação no país caribenho, concederá credenciais ao Brasil para o processo de negociação da reforma do Conselho de Segurança da ONU.

O envio de tropas (aproximadamente 1200 homens) ao Haiti, comandadas pelo militar Augusto Heleno Pereira, substituirá a força multilateral composta por Estados Unidos, Canadá, Chile e França. A missão assumirá as tarefas de restabelecer a ordem, criar condições para a instalação de um regime democrático, desarmar a população haitiana e colaborar na reconstrução da problemática infra-estrutura de serviços públicos (os haitianos têm acesso a apenas duas horas de energia elétrica por dia) e de educação.

Atuando orientado pelo interesse na pacificação do Estado haitiano e na superação das condições de pobreza que assolam a ilha, angaria o Estado brasileiro a simpatia dos Estados Unidos e da França (os maiores interessados no processo haitiano), ambos membros permanentes do Conselho de Segurança (e que podem, portanto, vetar o ingresso do Brasil como membro permanente), e também a simpatia da comunidade internacional pela atuação expressiva na manutenção da paz e cooperação para o desenvolvimento do Haiti (o que facilitaria a obtenção dos votos de 2/3 dos membros da Assembléia Geral da ONU necessários para a reforma).

O compromisso com a paz e com o desenvolvimento e o interesse em contribuir para a segurança internacional como membro permanente do Conselho de Segurança motivaram, portanto, o engajamento ativo do Brasil na questão haitiana.

Questão 4

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) vem readquirindo dinamismo político e econômico após haver atravessado prolongada crise que afetou sua credibilidade tanto no âmbito interno como no internacional. Seu revigoramento coincide com importantes mudanças no marco da política externa brasileira, em particular o empenho no estabelecimento de novas parcerias internacionais nos planos comercial e estratégico. Considerando esse fato, discorra sobre o papel e a funcionalidade do Mercosul no contexto da atual política externa brasileira.

Kaiser Pimentel de Araújo (20/20)

O revigoramento do Mercosul tem papel preponderante na política externa brasileira. Um Mercosul forte serve aos propósitos brasileiros nos diversos níveis de sua política externa: sub-regional (Cone Sul, América do Sul), regional (América Latina), hemisférico (Américas) e global. Em todos estes contextos, a importância do Mercosul se mostra nas ações brasileiras afetas aos grandes "eixos" da política internacional: o eixo político e o econômico.

Uma das prioridades da política externa brasileira, nos dias atuais, é a consolidação do perfil de "global player". Com esse objetivo, o País busca melhorar – qualitativa e quantitativamente – sua inserção internacional, a fim de acelerar seu desenvolvimento.

Para desenvolver-se, o Brasil procura fazer novas parcerias estratégicas e consolidar as antigas, e o Mercosul é fundamental ao êxito de tais iniciativas.

No que se refere à capacidade brasileira de exportar – as exportações trazem ao país capitais com que expandir e aperfeiçoar sua base industrial –, o Mercosul desempenha um papel de "cliente preferencial": a complementaridade das economias dos membros, a proximidade e as facilidades proporcionadas pelo Mercado Comum dão à indústria nacional escala para a aumentar a competitividade e melhorar sua inserção no restante do globo. Além disso, aumentam a rentabilidade dos investimentos nas indústrias brasileiras, o que atrai investimentos diretos externos.

Outro fator importante – ainda relativo a economia e comércio – é o peso que o Mercosul ganha nas negociações com outros blocos e países. Junto, o Mercado Comum consegue melhores resultados que os que seriam obtidos pelos membros separadamente. Exemplo disso são as negociações com a União Européia e as negociações para a criação da Alca.

Num caso como noutro, a posição brasileira estaria enfraquecida na inexistência ou debilidade do Mercosul, pois os demais membros seriam tentados a aderir às posições norte-americanas ou européias, conforme o caso, isolando o Brasil.

Em outros contextos – como G-20, G-77, acordos com África do Sul, China e Índia – em que as agendas não são conflitivas como em outras negociações mencionadas, a participação brasileira – seja individual ou como parte do Mercosul – também ganha importância pela concertação proporcionada pelo Mercosul. A "afinação" impulsiona a atuação individual dos membros nos foros multilaterais. Nas negociações com outros países periféricos, a participação do Mercosul como bloco aumenta a "atratividade".

Já na OMC, os benefícios que o Mercosul representa combinam as duas vertentes acima citadas, conforme o tema em pauta na organização.

No campo político, em que a importância regional e sub-regional do brasil reflete-se em maior preeminência global, o Mercosul também é fundamental aos interesses brasileiros.

Na medida em que o chamado "Mercosul Político" ganha força, aumentam a importância brasileira nas questões globais e a legitimidade dos pleitos nacionais por maior participação na política mundial.

Nos foros multilaterais de natureza política, principalmente ONU e OEA, a convergência das posições dos membros do Mercosul facilita a formulação da estratégia brasileira, na medida em que diminui a imprevisibilidade da repercussão das iniciativas do País.

Também nesses foros, mas extensível às várias outras negociações globais de que o Brasil participa, iniciativas ligadas ao Mercosul reforçam a legitimidade brasileira. Ademais da tradição de resolver pacificamente suas controvérsias, respeitar autodeterminação e não-ingerência em assuntos internos alheios, o Brasil pode contar com o simbolismo político de atos como a Declaração do Mercosul como Zona de Paz e a inserção de "cláusula democrática" nos acordos do Mercado Comum para auferir maior legitimidade.

Exemplo disso é a adesão ao TNP, que se deu depois que Brasil e Argentina firmaram acordos de não-proliferação nuclear e permitiu ao País participar mais efetivamente dos fluxos internacionais de tecnologias sensíveis e das negociações referentes às mudanças no regime de não-proliferação nuclear. Embora os acordos entre Brasil e Argentina não tenham sido negociados no âmbito do Mercosul, foram facilitados pela aproximação que o Mercado Comum proporcionou e contribuíram para a consolidação do "Mercosul Político". Neste

momento de revigoramento, os ganhos políticos são reforçados pelo fato de que fica claro para a sociedade internacional que a intenção integrativa do Mercosul é permanente e que – em questões de segurança, defesa e não-proliferação, assim como no tema da defesa da democracia – as posições do Mercosul convergem para um compromisso com a cooperação, a segurança e a paz.

Questão 5

A partir de 1º de maio de 2004, dez novos países tornaram-se membros da União Européia, materializando seu maior alargamento desde o início do processo de integração européia. Considerando os interesses do Brasil em relação à União Européia nos campos político e econômico, indique os possíveis desdobramentos do alargamento para as relações do País com aquele bloco econômico.

Eduardo Teixeira Souza (20/20)

A União Européia (UE) ganhou nova dimensão com a adesão dos países do Acordo de Visegrad (Polônia, Hungria, República Checa, Eslováquia), das três repúblicas bálticas (Estônia, Letônia, Lituânia), além da Eslovênia, Malta e a parte grega de Chipre. As promessas de um futuro melhor para tais países são muitas, apesar das dificuldades que serão enfrentadas para a conversão de empresas que ainda funcionam no estilo burocrático soviético, a configuração de infra-estrutura mais moderna e a pressão sobre os movimentos interfronteiriços de pessoas. A Alemanha é a grande vitoriosa de tal processo, pois, apesar dos ressentimos que ainda a afasta de alguns povos (sobretudo dos checos), conseguiu imantar a noção de "Europa Central".

Quanto ao Brasil, que já vinha negociando de forma gradual com a UE algum nível de união política e econômica, a adesão de 10 novos membros pode parecer, à primeira vista, congelar diálogo de uma década. Ressalta-se que o Acordo-Quadro de Cooperação Mercosul/UE (1995), quando foi estabelecida a Comissão Mista de Cooperação, foi precedida pela declaração de autoridades européias na ilha de Corfu (1994) sobre o compromisso inequívoco de união entre duas regiões que compartilham valores, cultura e raízes étnicas comuns. A aceleração do diálogo entre os dois blocos tomou força em 1999, em Bruxelas, quando do estabelecimento do Comitê de Negociação Comercial. Recentemente, durante a Terceira Reunião da ALCUE (América Latina/Caribe/UE), no México, o primeiro fórum internacional em que a "Europa dos 25" participa, foi afirmado que o alargamento da UE não acarretará retrocesso no diálogo Mercosul/UE. Pelo contrário, o Comissário Europeu do Comércio Exterior, Pacal Lamy, apresentou novas ofertas para o Acordo entre os blocos. As negociações bilaterais, que avançaram significativamente em 2004 e apontam para um acordo final, estão polarizadas na demanda do Mercosul para o fim de quotas para produtos primários e a exigência européia para maior acesso ao mercado de compras governamentais e serviços dos países do Cone Sul.

Assim exposto, um olhar de longo prazo revela que os entendimentos entre Brasil e UE não foram afetados pelo alargamento do bloco europeu. A curto prazo, pelo contrário, a integração de novos países possivelmente acarretará desvios de comércio para produtos onde o Brasil é competitivo. Considera-se principalmente o comércio agrícola, setor em que a

Polônia, concorrente do Brasil no mercado de carnes e laticínios, terá acesso privilegiado ao mercado europeu. Da mesma forma, o mercado siderúrgico brasileiro perderá espaço em decorrência da modernização do setor na República Checa, cuja indústria siderúrgica, concentrada na cidade de Ostrava, modernizou-se com o processo de privatizações. A americana US Steel, por exemplo, realizou altos investimentos na região. Quanto ao setor automobilístico, é difícil saber as consequências para as exportações brasileiras, uma vez que as fábricas da Volkswagen no "antigo Leste Europeu" estão no mesmo plano estratégico da marca alemã, que possui no Brasil suas plantas mais modernas. Por outro lado, existem setores de bens de consumo no Brasil que projetam incremento das exportações para o mercado europeu com o aumento da renda dos novos membros da UE.

Percebe-se, assim, que desvios de comércio brasileiro são esperados com o alargamento da UE, apesar do projeto europeu considerar com firmeza os laços com o Mercosul, tal qual revelado com o diálogo construtivo entre os blocos. De fato, a Europa não pode deixar que a região seja domínio exclusivo dos EUA, país que avança agressivamente para a configuração de área de livre comércio não só nas Américas (ALCA), mas também com a constituição da União do Magreb Árabe (UMA), na zona de influência direta da Europa.

Enquanto o Acordo Comercial entre o Mercosul e a Europa dos 25 vai tomando sua formatação final, a diplomacia presidencial funciona como instrumento de aproximação entre a Europa e o Brasil. Na última Cúpula do G-8 em Sea Island (Geórgia), Jacques Chirac cobrou de Bush a presença de Lula no fórum. Na recém concluída UNCTAD XI, em São Paulo, o Grupo dos 5 (ONU, Brasil, França, Chile e Espanha) trocou idéias para o estabelecimento de um fundo mundial de combate à fome. Os interesses que unem o país sul-americano à UE são demasiado profundos para serem afetados com a admissão dos 10 novos países, cujos efeitos para a inserção internacional do Brasil concentram-se, a curto -prazo, no comércio.

*

INGLÊS

A prova de Inglês, com o valor máximo de 100 (cem) pontos, constará de três partes: versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); resumo e exercícios textuais (valor: 25 pontos); e redação a respeito de tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor: 45 pontos).

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Será apenada a redação que desobedecer à extensão mínima de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para atingir o total exigido de 350. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical.

Programa:

1. Redação em língua inglesa: expressão em nível avançado; domínio da gramática; qualidade e propriedade no emprego da linguagem; organização e desenvolvimento de idéias.

2. Versão do Português para o Inglês: fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; correção morfossintática e lexical.

3. Resumo e exercícios textuais: elaboração de resumo que demonstre adequada capacidade de síntese e de reelaboração em Inglês correto; exercícios que demonstrem adequada compreensão e interpretação de texto, bem como domínio de registro, de gramática e de emprego do vocabulário.

Orientação para estudo

1. Versão (30 pontos)
A versão do Português para o Inglês deve ser feita de forma fidedigna, respeitando a qualidade e o registro do texto original. Subtrai-se 1 (um) ponto para cada um dos seguintes erros: falta de correspondência ao(s) texto(s)-fonte, erros gramaticais, escolhas errôneas de palavras e estilo inadequado. Erros de pontuação ou de ortografia serão apenados em 0,5 (meio) ponto.

2. Resumo e exercícios textuais (25 pontos)
Avalia-se a capacidade de compreender e de reelaborar texto em língua inglesa. Exercícios textuais, de cunho gramatical e semântico, são parte integral do texto proposto e da avaliação correspondente. Requerem-se, no resumo, correção morfossintática, vocabulário adequado e capacidade de síntese.

3. Redação (45 pontos)
Os candidatos devem demonstrar conhecimento avançado de Inglês e capacidade de usá-lo em redação bem estruturada. A distribuição dos 45 pontos faz-se da seguinte maneira:

- Correção gramatical (20 pontos)

Avaliam-se a correção e a propriedade no emprego da linguagem. Deduz-se 1 (um) ponto para cada erro, com exceção das falhas de pontuação ou de ortografia, às quais corresponde dedução de 0,5 (meio) ponto por ocorrência. A atribuição de nota zero no quesito "correção gramatical" implica, automaticamente, nota zero para a redação como um todo. Do mesmo modo, será atribuída nota zero às redações que demonstrarem baixo padrão de conhecimento da língua inglesa.

- Organização e desenvolvimento de idéias (15 pontos)

Serão considerados, principalmente, os itens a seguir:

a) capacidade de raciocínio e de expressão clara em Inglês;
b) pertinência das idéias e da eventual exemplificação em relação ao tema;
c) adequada organização formal da redação, com adequada paragrafação.

Os candidatos devem esforçar-se para apresentar redação interessante. A originalidade não será exigida, mas será avaliada positivamente, da mesma forma que o uso adequado de exemplos. Serão severamente punidas as redações decoradas e simplesmente adaptadas ao tema proposto. A redação que fugir a esse tema será punida com nota zero.

- Qualidade de linguagem (10 pontos)

Atribuem-se pontos ao candidato pelo correto uso de Inglês idiomático, por construções variadas e pelo emprego de vocabulário amplo e preciso.

Os candidatos que usarem construções de cunho meramente elementar na redação receberão nota zero no quesito, em especial quando esse recurso for utilizado para evitar erros.

Bibliografia sugerida:

Jornais e revistas

A Internet permite o acesso a vasto número de publicações em língua inglesa. Para preparar-se para o concurso, é útil a leitura de publicações do padrão do *The Times* de Londres, *The New York Times, The Washington Post e Guardian, The International Herald Tribune, The Financial Times, The Economist e Newsweek*. Pode-se encontrar a versão impressa de muitas dessas publicações em livrarias e bancas de revistas das principais cidades do País.

Dicionários de inglês

Collins Cobuild English Language Dictionary. Londres: Collins.

Language Activator. Londres: Longman.

The Longman Dictionary of Contemporary English. Londres: Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford: University Press.

Oxford English Dictionary. Oxford: Oxford University Press.

The Random House College Dictionary. New York: Random House.

The Random House Dictionary of the English Language. New York: Random House.

Roget´s Thesaurus. Londres: Longman.

Webster´s Collegiate Dictionary. New York: BD&L.

Webster´s Third International Dictionary. New York: BD&L.

Dicionários inglês-português e português-inglês

Cambridge Word Routes-Inglês/Português: Dicionário temático do inglês contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Dicionário Português-Inglês, Inglês-Português. Porto: Porto Editora.

Novo Michaelis: Português-Inglês, Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos.

Taylor, J. L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro: Record.

Gramáticas

BENSON, M. *et alii*.. *The BBI Combinatory Dictionary of English: A guide to word combinations.* Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins.

Collins Cobuild English Usage. Londres: Harper Collins.

Comprehensive Grammar of the English Language. Londres: Longman.

CUTTS, M. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.

FRANK, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs: Prentice-Hall.

LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Communicative Grammar of English*. Londres: Longman.

HILL, J.; LEWIS, M. (Orgs.) *LTP Dictionary of Selected Collocations*. Hove: Language Teaching Publications.

SANTOS, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo: Cultrix.

SWAN, M. *A Practical English Usage*. Oxford: Oxford University Press.

THOMPSON, A. J.; MARTINET, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford: Oxford University Press.

Outras fontes

WALKER, S. B.. *Candidate´s Handbook* : English. Brasília: FUNAG, 2000.

Internet: Há numerosos dicionários e glossários disponíveis em linha, bem como variadas fontes de informações e de consulta. Duas referências iniciais, a título meramente indicativo:
http://www.yourdictionary.com;
http://www.bbc.co.uk

Prova de 2004

Read the following text on Diplomacy and Democracy and, in the light of it and any of the ideas raised in the texts in Parts 1 & 2 above, assess the benefits and drawbacks of public diplomacy (in which media exposure enhances the emotional dimension) as compared with diplomacy as a rational, technical activity entrusted to specialists.

Alexis de Tocqueville wrote as follows in his classic 1835 book *Democracy in America*, defining a problem of democratic governance that is as old as the Greeks: "Foreign politics demand scarcely any of those qualities which are peculiar to a democracy; they

require, on the contrary, the perfect use of almost all those in which it is deficient. A democracy can only with great difficulty regulate the details of an important undertaking, persevere in a fixed design, and work out its execution in spite of serious obstacles. It cannot combine its measures with secrecy or await their consequences with patience."

The problem Tocqueville examined then has become far more acute now. Public awareness has increased and the media are far more intrusive. But neither has kept pace with the growing complexity of foreign policy issues. No country can or should, for instance, join the World Trade Organisation (WTO) without the people's support. How few of them, though, know or can know enough to form an opinion on the issue?

The dilemma persists because it is inherent in a democracy — the volatility and power of public opinion and the weaknesses of democratic leadership. Not seldom, the preference of the majority is at odds with the requirements of sound policy, domestic or foreign. Not seldom an issue of foreign policy arouses the people from the slumber that is the norm, to shake them with paroxyms of moral outrage. Few are the leaders who have the moral fibre, the political skill and the intellectual muscle required to explain such realities to them. Having ignored the rumblings, most opt for mere survival when the crisis bursts into the open.

Hans J. Morgenthau traces the dilemma to its roots — the statesman, as distinct from the common politician, has to reckon with considerations which the populace cannot grasp. "The statesman must think in terms of the national interest, conceived as power among other powers. The popular mind reasons in the simple moralistic and legalistic terms of absolute good and absolute evil. The statesman must take the long view, proceeding slowly and by detours, paying with small losses for great advantages; he must be able to temporise, to compromise, to bide his time. The popular mind wants quick results; it will sacrifice tomorrow's real benefit for today's apparent advantage. By a psychological paradox, the most vociferous and compromising representatives of what is least conducive to the successful conduct of foreign policy are generally politicians who in their own constituencies would not dream of acting the way they expect the framers of foreign policy to act... The daily routine of their political lives is devoid of those moral and intellectual qualities which they really admire, which to the public they pretend to possess, and which they wish they were able to practise... they make foreign policy over into a sort of fairy-land where virtue triumphs and vice is punished, where heroes fight for principle without thought of consequence, and where the knight in shining armour comes to the succour of the ravished nation, taking the villain's life even though he might in the process lose his own."

Leaders have four options. One is simply to sail with the wind of public opinion and treat public opinion polls as the supreme guide. The second is to educate public opinion in the realities of the times. A British diplomat, Lord Vansittart, sharply defined this age-old problem: "How to induce the unwilling to accept the unavoidable."

The third option is to mislead and corrupt public opinion — and cite the result in defence of the official stand. The leader whips up the people to a frenzy of chauvinism and defends his intransigence as obedience to the people's will.

The last option is to practise deception.

(Adapted from A.G. Noorani's "Of diplomacy and democracy." Frontline, v. 18 - Issue 23, Nov. 10 - 23, 2001.)

Redação

Cesar Almeida de Meneses Silva (47,5 / 50)

The debate surrounding the apparent defficiencies of democratic choice when it comes to foreign policy decision-making stems from a realist vision of international relations, through which states coexist in a competitive environment, devoid of a legitimate superior authority, in which the main goal is survival amid a general lack of trust.

Democratic leadership, on the other hand, supposes, indeed depends upon the perceived legitimacy of the leader, which is continuously subject to affirmation. To sway from public opinion in short-lived. In this day in age, when technology provides na ever-growing volume of information to an ever-greater number of people, it is increasingly hazzardous for politicians to presume popular ignorance of those matters under discussion.

There in lies the contradiction. Where as domestic issues can and should be settled through the democratic confrontation of ideas and interests, be it directly of through representation, it is not feasible, on a transnational scale, to consult all who may be reached by a specific policy decision, for a number of reasons.

First, policy decisions, when they affect relations between two nations, tend to affect the relations those nations have with others. The scale of a policy´s reach may therefore bring about such never-ending debate among the electorate of the country´s involved as to condemer any decision to being shelved.

Second, since the international environment is rich in different political regimes, consultation may sometimes turn out to be a one-sided matter, rendering a more democratic regime more fragile. Take, for instance, a hypothetical trade battle between a democratic nation and a totalitarian regime. Were the democratic leader to submit every single strategic decision to public screeting, making its effects explicitly known, this would inevitably...the totalitarian leader the upper hand in the negotiations, not only in terms of a head start, but because he need not reveal his motives and strategy at all.

Finally, since foreign policies tend to reap benefits in the long run, when most democratic leaders are no longer in office, it can be argued that the stateman´s accountability is not so much to today´s electorate, but rather to tomorrow´s History books. As a result, he must occasionally make decisions with a view to the long-term good of the nation, and consequently carry the political burden of having distanced himself from public opinion.

Tradução A:

As contradições do sistema colonial têm de comum unicamente isto: refletem a desagregação do sistema e brotam dele. Veremos brancos lutar com pretos e mulatos contra o preconceito de cor; mulatos e pretos, com os brancos, a favor dele; portugueses contra a metrópole, e brasileiros a favor.

A aparência ilógica e incongruente dos fatos não só torna difícil sua interpretação como constitui a razão da dubiedade e incerteza que apresentam todas as situações semelhantes. Dubiedade e incerteza que estão nos próprios fatos, e que nenhum artifício de explicação pode desfazer. Os fatos claros , em seu conjunto e definidos, só vêm em seguida, quando tais situações amadurecem. Inútil procurá-los antes, torcendo os acontecimentos ao gosto particular do observador. É o movimento eterno da História, do Homem e de todas as coisas que não pára e não cessa, e que nós, com os pobres instrumentos de compreensão e de expressão que possuímos, não apanhamos e sobretudo não podemos reproduzir senão numa

parcela ínfima, cortes desajeitados numa realidade que não se define estática, e sim dinamicamente.

Caio Prado Junior. **Formação do Brasil Contemporâneo**.
São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 (com adaptações).

Dioglo Rosas Gugisch (12,5 / 15)

The contradictions of the colonial system have only this point in common: they reflect the disintegration of the system and stem from it. We will see whites fighting along blacks and mulatos against racial prejudice; mulatos and blacks teaming with whites to fight for it; portuguese fighting against Portugal and Brazilians fighting for it.

The apparent ilogicity and in congruity of the facts not only makes their interpretation more difficult, but it is also the reason behind the dubious and uncertain nature presented by all similar situations. Such dubious and uncertain nature belongs to the facts themselves and it cannot be undone by any explanation. The clear facts, as a whole and well-defined, come only later when such situations nature. It is useless to look for them earlier, twisting the facts in order to adjust them to the observer´s whishes. It is the incessant and everlasting movement of History, of Man, of all things that we cannot grosp with the poor tools of comprehension and expression at our disposal, and above all, that we cannot reproduce but in a small particle; awkward grospings of a reality that cannot be defined statically, but only dinamically.

Tradução B

Translate the following passage from João Guimarães Rosa's "O Espelho" into English:

O senhor, que estuda, suponho nem tenha idéia do que seja na verdade — um espelho? Demais das noções de física, com que se familiarizou, as leis da ótica. Reporto-me ao transcendente. Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive, os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.

Fixemo-nos no concreto. O espelho, são muitos, captando-lhe as feições; todos refletem-lhe o rosto, e o senhor crê-se com aspecto próprio e praticamente imudado, do qual lhe dão imagem fiel. Mas — que espelho? Há-os "bons" e "maus", os que favorecem e os que detraem; e os que são apenas honestos, pois não. E onde situar o nível dessa honestidade? Como é que o senhor, eu, os restantes próximos, somos, no visível? O senhor dirá: as fotografias o comprovam. Respondo: que, além de prevalecerem para as lentes das máquinas objeções análogas, seus resultados apóiam antes que desmentem a minha tese, tanto revelam superporem-se aos dados iconográficos os índices do mistério. Ainda que tirados de imediato um após outro, os retratos sempre serão entre si muito diferentes. Se nunca atentou nisso, é porque vivemos, de modo incorrigível, distraídos das coisas mais importantes.

Primeiras Estórias, 12.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981 (com adaptações).

Maria Auxiliadora Pinho de Carvalho (13,5 / 15)

You sir, who study, I suppose you have no idea of what in reality a mirror is? Beyond the notions of physics with which you are familiar, beyond the laws of optics. I refer, to transcendence. Everything is, by the way, the tip of a mistery, including facts, or the lack

there of. Do you doubt that? When nothing happens, there happens a miracle which we do not see.

Let us not deviate from the concrete thing. There are many mirrors capturing your features; all reflect your face and you, sir, think of yourself as having your own and apparently immutable appearance. But which mirror? There are the good ones and the bad ones, the ones that favor and the ones that detract; and the ones that are plainly honest, as well. And where are we to establish the degree of that honesty? How are you, I and everyone else externally? You would say that the photographs attest to it. I answer that besides the fact that similar objections hold for the camera lenses, their results confirm rather than negate my thesis, so much so that the signs of the mistery overlap with their iconographic data.

Even cohen they are taken one after another, the pictures will always be different from one another. If you have never noticed that, it is because we live, hopelessly unaware of the truly important things.

Resumo:

Read the following text and **in your own words** summarise it in up to 200 words.

Summit meetings can have their drawbacks. The assumption that personal acquaintances between the leaders of states will forestall future conflicts has often been gainsaid by history. Summits that peacefully negotiated the settlement of conflicts seldom produced outcomes with long-term consequences. During the Cold War debate as to their value abounded. Some of the arguments fielded then still provide ammunition for critics today. How can the head of a democratic country deal successfully with the leader of a totalitarian system or dictatorship? With the main actors rooted in different cultures it is suggested that such encounters can but lead to shallow understandings. In the long term, they could actually deepen the divide. Heads of state are not experts in the highly complex matters that clutter summit agendas. They lack the diplomatic skills of professional diplomats and are often ill-prepared for these debates. Under pressure of time and the weight of expectations from the public at home, politicians are often tempted to compromise with false solutions. Since summit agreements are mostly not legally binding, statesmen do not even feel politically obliged to deliver. Critics also complain that calling summit meetings compels politicians and bureaucrats to set spurious priorities with respect to time, political resources, and energy. Nevertheless, most of these arguments can be countered. They have nothing to do with summits as such, but rather with the way these meetings are prepared and conducted as instruments of modern diplomacy.

The advantages of multilateral summitry cannot be easily measured in short-term tangible results. In the long haul, however, they certainly can render more than just an improved atmosphere for international political negotiation, although that is a value in itself if handled properly and used with the right political nous.

Summit meetings have acquired new roles and special functions. From this standpoint, I want to argue that summits are an important element of international political negotiation and yield the following benefits.

Personal contact between heads of state and government adds new factors to the equation of power. Military and economic might certainly count still, but the personality of a leader, the way he performs in debate, and the thrust of his intellect will be factored into the discussions at a summit meeting. This affords a chance to redress imbalances and to

obtain results universally accepted as legitimate. After all, summitry is a democratic invention and not much to the liking of dictators.

Summit meetings have eminently practical effects. To prepare for a summit and avert failure, bureaucrats are constrained to set goals and time-frames for solutions that might otherwise have been stalled or shelved.

Summits have a legitimizing function, nationally as well as internationally. Commitments undertaken by a political leader during a summit meeting can open up new avenues in domestic political debate or provide fresh opportunities to break deadlocks. On the other hand, an agreement or even a mere understanding on the interpretation of facts reached by several heads of state also has norm-setting qualities for the international community. Such guidelines not only bind the participating nations together in implementing their policies, but also set standards for others.

To retain its useful role, however, the summit must evolve and be constantly subject to review. One expedient reform would address the problem of how to stem or reverse the current trend toward ever larger, more elaborate summits. These meetings can and should be reduced in size, the numbers of aides and fellow participants slashed and more strenuous efforts made to muffle the media spectacle surrounding the event itself.

It has become fashionable to demand greater participation by NGOs in the summit process. This is tantamount to insinuating that heads of state are out of tune with the public and not liable to democratic domestic control. The rights and duties of such organizations should be carefully defined, though. Certainly, it might help if state and non-state actors work more closely together in the future than they have to date.

Finally, it sometimes makes sense to have the broadest political participation by all states. But opening up each summit can also exact a price, impairing States' capacity to act. Likewise, if outcomes merely reflect the least common denominator, they will prove hollow. Legitimacy is not just a question of numbers.

If these considerations are heeded, summits have a bright future. In today's world, "summitry belongs to the dramaturgy of globalism which in turn pertains to the future of world politics."

(Adapted from Peter Weilemann's "The Summit Meeting: The Role and Agenda of Diplomacy at its Highest Level". *In*: **NIRA Review**. Spring 2000.)

Cesar Almeida de Meneses Silva (19 / 20)

Weighing up the pros and cors of summit meetings leads us to conclude that, despite numerous shortcomings, mostly associated with their management, they present enough benefits to justify retaining their status in world politics, albeit under na altered design.

Among the usual criticism of summit meetings, it is alleged that they rarely lead to long-standing solutions, since they rely on the momentary agreement between persons of very different cultures furthermore, political leaders, unlike professional diplomats, do not have the abilities required in such negotiations and tend to conduct matters in a manner which brings little effect, and is, in any case, seldom legally binding.

In their favour, it must be said that summits often shift the balance of power, depending in the personal charisma of the participants, and tend to bring about changes that would maybe otherwise never occur. In addition, they often send out an important message, both domestically and internationally, setting an example for home and foreign actors.

In order that they may continue to positively contribute to resolve global issues, summits should be kept at a reasonable, manageable size, and there should be a reassessment of the best way NGOs should take part.

Exemplos de temas para redação em anos anteriores:

2003/2

Read the following text on Leonardo da Vinci and, in the light of it and any of the ideas broached in the texts in Sections 1 & 2 above, **discuss the uses of art and technology and their relation to ethics in the current diplomatic scenario.**

Ever the perfectionist, Leonardo turned to science in the quest to improve his artwork. His study of nature and anatomy emerged in his stunningly realistic paintings, and his dissections of the human body paved the way for remarkably accurate figures. He was the first artist to study the physical proportions of men, women and children and to use these studies to determine the "ideal" human figure. Unlike many of his contemporaries — Michelangelo for example — he didn't get carried away and paint ludicrously muscular bodies, which he referred to as "bags of nuts."

All in all, Leonardo believed that the artist must know not just the rules of perspective, but all the laws of nature. The eye, he believed, was the perfect instrument for learning these laws, and the artist the perfect person to illustrate them.

Leonardo the scientist bridged the gap between the shockingly unscientific medieval methods and our own trusty modern approach. His experiments in anatomy and the study of fluids, for example, absolutely blew away the accomplishments of his predecessors. Beginning with his first stay in Milan and gathering pace around 1505, Leonardo became more and more wrapped up in his scientific investigations. The sheer range of topics that came under his inquiry is staggering: anatomy, zoology, botany, geology, optics, aerodynamics and hydrodynamics, among others.

As his curiosity took him in ever wilder directions, Leonardo always used this method of scientific inquiry: close observation, repeated testing of the observation, precise illustration of the subject, object or phenomenon with brief explanatory notes. The result was volumes of remarkable notes on an amazing variety of topics, from the nature of the sun, moon and stars to the formation of fossils and, perhaps most notably, the mysteries of flight.

Artists have always found it difficult to make a living off their art. And even a master like Leonardo was forced to sell out in order to support himself. So he adapted his drawing skills to the more lucrative fields of architecture, military engineering, canal building and weapons design. Although a peacenik at heart, Leonardo landed a job working for the Duke of Milan by calling himself a military engineer and outlining some of his sinister ideas for weapons and fortifications. Like many art school types in search of a salary, he only briefly mentioned to the Duke that he could paint as well.

Lucky for Leonardo, he was actually really talented as an engineer. Good illustrators were a dime a dozen in Renaissance Italy, but Leonardo had the brains and the diligence to break new ground, usually leaving his contemporaries in the dust. Like many crackpot geniuses, Leonardo wanted to create "new machines" for a "new world."

(Adapted from texts at <http://www.mos.org/leonardo>)

2003/1

Taking into account the texts comprising this exam, read the following excerpt from Kenan Malik's "Genes, culture and human freedom" and then **discuss the tension between human culture and nature.**

When a beaver builds a dam, it doesn't ask itself why it does so, or whether there is a better way of doing it. When a swallow flies south, it doesn't wonder why it is hotter in Africa or what would happen if it flew still further south. Humans do ask themselves these and many other kinds of questions – questions that have no relevance, indeed make little sense, in the context of evolved needs and goals.

What marks out humans is our capacity to go beyond our naturally defined goals – such as the need to find food, shelter or a mate – and to establish human-created goals. Our evolutionary heritage certainly shapes the way that humans approach the world. But it does not limit it.

Similarly, our cultural heritage influences the ways in which we think about the world and the kinds of questions we ask of it, but it does not imprison them. If membership of a particular culture absolutely shaped our worldview, then historical change would never be possible.

If the people of medieval Europe had been totally determined by the worldview sustained by medieval European culture, it would not have been possible for that society to have become anything different. It would not have been possible, for instance, to have developed new ideas about individualism and materialism, or to have created new forms of technology and new political institutions.

Human beings are not automata who simply respond blindly to whatever culture in which they find themselves, any more than they are automata that blindly respond to their evolutionary heritage. There is a tension between the way a culture shapes individuals within its purview and the way that those individuals respond to that culture, just as there is a tension between the way natural selection shapes the way that humans think about the world and the way that humans respond to our natural heritage. This tension allows people to think critically and imaginatively, and to look beyond a particular culture's horizons.

In the six million years since the human and chimpanzee lines first diverged on either side of Africa's Great Rift Valley, the behaviour and lifestyles of chimpanzees have barely changed. Human behaviour and lifestyles clearly have. Humans have learned to learn from previous generations, to improve upon their work, and to establish a momentum to human life and culture that has taken us from cave art to quantum physics – and to the unravelling of the genome. It is this capacity for constant innovation that distinguishes humans from all other animals.

All animals have an evolutionary past. Only humans make history. The historical, transformative quality of being human is why the so-called nature-nurture debate, while creating considerable friction, has thrown little light on what it means to be human. To understand human freedom we need to understand not so much whether we are creatures of nature or nurture, but how, despite being shaped by both nature and nurture, we are also able to transcend both.

(Kenan Malik is author of Man, Beast and Zombie: *What Science Can and Cannot Tell Us About Human Nature*, Weidenfield and Nicolson, 2000.)

2002

Read the following excerpt adapted from Ana Viseu's "An assessment of McLuhan's prediction that electronic technologies would lead us back to an oral culture" and, in the light of it and the text by Aidan Mathews in Section 1, comment critically on the role of language and visual imagery in modern electronic culture.

"It is a fact that electronic digital technologies lack a sense of linearity. In fact, they are based on a non-linearity that tends to facilitate a more associative way of organizing information, e.g., hypertext. It is also true that new technologies tend to be global and not focused — that is, they influence more than one sense. A good example of this is the acoustic virtual environments which are much stronger than a visual experience. A visual experience tacitly distances you, places you in a transcendent, removed position, rather than embodying you at the center of a new context. This implies not only that digital technologies offer the possibility of creating new global spaces by using sound, but also that the perspective from the user's point of view changes. She/he is no longer a mere observer in a detached position, but rather she/he actively constructs this space.

Marshall McLuhan was right in predicting that the change from mechanic technologies to electronic, digital technologies would create a new culture that more resembles ancient oral cultures than the recent visual, print culture."

2001

In the light of the following quotations, comment on the relations between economics, warfare, and the forging of the modern state.

What a country calls its vital economic interests are not the things which enable its citizens to live, but the things which enable it to make war.

(Simone Weil in*: W.H. Auden,* A Certain World*. 1971)*

Think of political economy as an historical process rather than some kind of established model. It begins – and this is often forgotten – with war, the father of all things. It was war, time and again pushing up the expenses of governments, that fostered the development of modern systems of taxation. For most of history, men lived in warfare states, not welfare states.

Those who prefer their political history to be finance-free need to remember that it was in large measure the quest for taxation that led to the spread of representative government. 'No taxation without representation' was not just a slogan of the American Revolution; it accurately describes a historical process stretching back to medieval England, and indeed to ancient Athens. And as many states have sought to increase the taxation they exact, so they have found it hard to refuse a concomitant widening of political representation. A case in point was the great democratisation that occurred after the First World War, which can be understood as the political price for high wartime sacrifices.

Money does not make the world go round, but it establishes the framework – the cage, if you like – within which we live our lives. To understand this is not to be let out the cage. It does not even tell us who has the key. But at least it shows us where the bars are.

(Niall Ferguson, *The Cash Nexus*. Harmondsworth: Penguin, 2001)

2000

Discuss the following statement:

Developing countries have a fundamental choice. They can mimic the industrialised nations and go through an economic development phase that is dirty, wasteful and creates an enormous legacy of environmental pollution; or they can leapfrog and incorporate efficient, modern technologies.

(José Goldenberg, *in Guardian Weekly*, November 1999)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

"The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth."

(Aldous Huxley)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures."

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

*

FRANCÊS

A prova de Francês, com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua francesa.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:

- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de jornais e revistas em Francês, como por exemplo: *Le Monde* (www.lemonde.fr), *Libération* (www.liberation.fr), *L´Express* (www.lexpress.fr), *Le Nouvel Observateur* (www.nouvelobs.com) e *Le Monde diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr).

Dicionários:

- unilíngüe : Le Petit Robert I et II;
- bilíngüe : Grande Dicionário de Português/Francês e Francês/Português de Domingos de Azevedo. Bertrand Editora.

Gramáticas:

La grammaire progressive du français niveau avancé. (Clé international);
Précis de grammaire française GREVISSE (Ed. Duculot).

Sugere-se, ainda, consulta às seguintes páginas eletrônicas:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros da França (www.france.diplomatie.fr);
- Embaixada da França no Brasil (www.ambassade.org.br).

*

ESPANHOL

A prova de Espanhol, com o valor máximo de 50 (cinqüenta) pontos, constará de questões de compreensão de texto(s) sobre tema da atualidade. A leitura e as respostas serão em língua espanhola.

A legibilidade é condição essencial para a correção da prova.

Características da prova e critérios de avaliação

As questões terão valores diferenciados, de acordo com a complexidade da pergunta.

O critério de avaliação observará os seguintes itens:
- correção gramatical;
- compreensão textual;
- organização e desenvolvimento de idéias;
- qualidade da linguagem

Orientação para estudo

Tendo presente a natureza da prova, recomenda-se a leitura de periódicos em Espanhol, como por exemplo: *El País* (www.elpais.es), *El Mundo* (www.elmundo.es), *La Nación* (www.lanacion.com.ar) e *Clarín* (www.clarin.com).

Dicionários:

Diccionario de la lengua española. Real Academia de la Lengua Española, 23ª edición, Madrid, Espasa-Calpe, 2004. (www.rae.es)

Diccionario Salamanca de la Lengua Española. Dirección Editorial: Pilar Peña Pérez. Madrid, Santillana, 1996.

Señas: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

Gramáticas:

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. *Conjugar es fácil en español de España y América*. Madrid, Edelsa, 1997.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Ortografía de la lengua española*. Edición revisada por las Academias de la Lengua. Madrid, Espasa-Calpe, 1996.

SECO, Manuel. *Gramática esencial del español: introducción al estudio de la lengua*. Madrid, Espasa-Calpe, 2001.

SILVA, Cecilia Fonseca da. *Los falsos amigos en español y portugués: interferencias léxicas*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2003.

_____ & SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2001.

HISTÓRIA MUNDIAL (TPS)

Conforme esclarecido na apresentação do Teste de Pré-Seleção (pág. 17), reproduz-se, a seguir, o programa e a bibliografia do Guia de Estudos de 2004 para a prova de História Mundial Contemporânea.

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas
Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções
As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Revoluções na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações Internacionais
Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão Balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação
O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas
A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro. As experiências de integração nas Américas.

6. Idéias e regimes políticos
Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A

construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo. O liberalismo no século XX.

7. A vida cultural
O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo. A pós-modernidade.

Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 2003.

BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTAÑEDA, Jorge C. *A Utopia Desarmada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *A Era do Capital.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2001.

_____. *A Era dos Impérios.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.

OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SARAIVA, José Flávio S. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

_____. *Relações Internacionais – Dois Séculos de História: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947).*Brasília: FUNAG/IBRI, 2001.

VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales Depuis 1945*. 9. ed. Paris: Armand Collin, 2004.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELY, Lucien. *L'invention de la Diplomatie*. Paris: PUF, 1998.

BERG, Eugène. *La Politique Internationale Depuis 1955*. Paris: Economica, 1989.

FERRO, Marc. *História das Civilizações: das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

JOLL, James. *Europe Since 1870*. London: Penguin Books, 1990.

KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*. São Paulo: UNESP, 1999.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. 5. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ROBERTS, J. M. *History of the World*. New edition. London: Penguin, 1990.

PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12). Cambrigde: Cambridge University Press.

THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.

————. *A Grande Crise*. Petrópolis: Vozes, 1992.

*

CRONOGRAMA DO CONCURSO

ITEM	ATIVIDADE		DATA
1	Publicação de edital de abertura		15/2/05
2	Período de inscrições		21/2/2005 a 28/3/05
3	Divulgação dos locais e dos horários do TPS e da Segunda Fase		7 ou 8/4/05
4	Aplicação do TPS e da Segunda Fase		16/4/05 TPS 17/4/05 Segunda Fase
5	Divulgação do gabarito preliminar do TPS		17/4/05
6	Prazo para recursos contra o gabarito preliminar do TPS		18 e 19/4/05
7	Resultado provisório das questões discursivas do TPS		10/5/05
8	Prazo para recurso contra as questões discursivas do TPS		11 e 12/5/05
9	Resultado final do TPS e provisório da Segunda Fase		7/6/05
10	Resultado final da Segunda Fase		14/6/05
11	Realização da Terceira Fase:	Prova de História do Brasil	18/6/05 (9h às 14h)
		Prova de Geografia	19/6/05, (9h às 14h)
		Prova de Noções de Direito e Direito Internacional Público	25/6/05 (9h às 14h)
		Prova de Noções de Economia	26/6/05 (9h às 14h)
		Prova de Política Internacional	2/7/05 (9h às 14h)
		Prova de Inglês	3/7/05 (9h às 14h)
		Prova de Francês/Espanhol	3/7/05 (16h às 18h)
12	Resultado Provisório da Terceira Fase		2/8/05
13	Resultado final da Terceira Fase		15/8/05
14	Publicação do resultado final		16/8/05